

Fábio Alves Medeiros

XI ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

GT 19: METODOLOGIAS DE ENSINO EM SOCIOLOGIA/CIÊNCIAS SOCIAIS E O
UNIVERSO DIGITAL: USO DE TICS E EDUCAÇÃO MUDIÁTICA

**PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO:
CURRÍCULO SOB VIGILÂNCIA E OS DESAFIOS PARA A
SOCIOLOGIA**

ITAPETININGA- SP

2025

PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO: CURRÍCULO SOB VIGILÂNCIA E OS DESAFIOS PARA A SOCIOLOGIA

Fábio Alves Medeiros ¹

RESUMO

Esta comunicação analisa os impactos da plataforma da educação pública paulista sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio, com foco na Prova Paulista e no programa Sala do Futuro. A pesquisa utiliza análise documental e bibliografia crítica para compreender como essas políticas, articuladas à BNCC e à Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), impõem uma racionalidade gerencial baseada em dados, performatividade e vigilância algorítmica. Fundamentando-se em autores como Srnicek, Zuboff, Couldry e Mejias, argumenta-se que a plataforma desvaloriza saberes críticos e fortalece competências instrumentais, reconfigurando o currículo de modo a enfraquecer a Sociologia escolar. Além disso, discute-se como a precariedade de infraestrutura nas escolas públicas acentua a exclusão. Diante desse cenário, propõe-se a necessidade de resistência pedagógica e reinvenção crítica no uso das tecnologias. A Sociologia escolar é apontada como um campo privilegiado para a problematização das tecnologias digitais e dos processos de controle que as acompanham.

Palavras-chave: Plataforma, Sociologia Escolar, Reforma do Ensino Médio, Bncc, Vigilância Algorítmica.

INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira atravessa um momento de profundas transformações, caracterizado pela crescente implementação de tecnologias digitais e pela reconfiguração dos processos pedagógicos através de plataformas e sistemas de gestão. Este fenômeno, que aqui denominamos plataforma educacional, transcende a simples incorporação de ferramentas tecnológicas, constituindo-se como um processo complexo de reestruturação das relações de poder, dos mecanismos de controle e das próprias finalidades da educação escolar.

No contexto da rede estadual paulista, esse processo manifesta-se de forma paradigmática através de iniciativas como o programa "Sala do Futuro" e a implementação da "Prova Paulista". Apresentadas sob a retórica da modernização tecnológica e da melhoria da qualidade educacional, essas políticas revelam, sob análise sociológica mais rigorosa, uma lógica subjacente que demanda investigação crítica. O discurso oficial enfatiza a capacidade

¹ Mestrando do curso de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) da Universidade Estadual Paulista- UNESP. Marília, Etnia branca, homem cisgênero, E-mail: fabio.medeiros@unesp.br.

de "facilitar as intervenções pedagógicas" e promover a "modernização" educacional (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2023), mas as práticas efetivamente implementadas sugerem dinâmicas mais complexas e potencialmente problemáticas.

Esta investigação parte da hipótese de que a plataformização paulista representa a materialização local de um fenômeno global mais amplo: a emergência do que Zuboff (2021) conceitua como capitalismo de vigilância. Neste novo regime de acumulação, a experiência humana torna-se matéria-prima para extração de dados comportamentais, que são posteriormente processados para gerar produtos de predição capazes de influenciar e modificar comportamentos futuros. Quando transpostos para o ambiente educacional, esses mecanismos criam o que aqui denominamos um currículo de vigilância, fundamentado na coleta sistemática de dados sobre o desempenho, comportamento e trajetórias dos estudantes.

A análise deste processo ganha particular relevância quando consideramos seus impactos sobre disciplinas historicamente comprometidas com o desenvolvimento do pensamento crítico, como a Sociologia. A disciplina, que desde sua institucionalização no ensino secundário brasileiro carrega o potencial de desenvolver a imaginação sociológica (MILLS, 1975) e promover a desnaturalização das relações sociais, encontra-se em posição de tensão estrutural com a racionalidade instrumental que orienta os processos de plataformização.

O argumento central deste trabalho sustenta que a plataformização educacional, ao instituir uma racionalidade gerencial baseada em dados e performatividade, opera uma transformação qualitativa do espaço escolar que Manuel Castells (1999) teorizou como a passagem do espaço de lugares para o espaço de fluxos. Nesta nova configuração, o controle sobre a educação migra da localidade física das escolas para uma rede desterritorializada, centralmente gerida, onde as interações pedagógicas são traduzidas em "sequências intencionais, repetitivas e programáveis" de dados (CASTELLS, 1999, p. 442).

Esta transformação espacial articula-se com o que Couldry e Mejias (2019) denominam colonialismo de dados, processo através do qual a vida social é sistematicamente apropriada e convertida em recurso para acumulação capitalista. No contexto educacional, isso se manifesta através da imposição de relações de dados compulsórias, que normalizam a vigilância contínua e minam progressivamente a autonomia docente e discente.

Uma consequência particularmente perversa deste processo é a emergência do que conceptualizamos como cidadania digital subordinada. Este conceito refere-se a um regime de inclusão digital caracterizado por uma conexão mínima, suficiente para garantir a extração de

dados da comunidade escolar, mas deliberadamente insuficiente para permitir uma apropriação crítica e emancipatória da tecnologia, conforme preconizado por Pretto (2017). Esta assimetria funcional não representa uma falha ou contradição do sistema, mas constitui sua própria condição de funcionamento, aprofundando desigualdades educacionais e perpetuando relações de subordinação.

Para desenvolver esta análise, o presente trabalho articula fundamentação teórica crítica com exame empírico do caso paulista, buscando demonstrar como a plataformização educacional reconfigura não apenas os meios, mas os próprios fins da prática educativa, colocando em risco o projeto pedagógico emancipatório historicamente associado à Sociologia escolar.

METODOLOGIA

A investigação aqui apresentada adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratório-analítica, construída através da triangulação metodológica entre análise documental, revisão bibliográfica crítica e exame de dados quantitativos de fontes secundárias. Esta estratégia metodológica foi desenhada para desvelar as contradições estruturais entre os discursos oficiais de modernização tecnológica, as condições materiais concretas de implementação das políticas educacionais e suas implicações específicas para o ensino de Sociologia.

O corpus documental analisado foi construído de forma a mapear o fenômeno da plataformização em múltiplas escalas e dimensões. No âmbito das normativas federais, foram examinadas as legislações estruturantes do atual modelo educacional brasileiro, incluindo a Lei da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e sua recente revisão através da Lei nº 14.945/2024. Esta análise buscou identificar as diretrizes macro que orientam e legitimam os processos de digitalização educacional em curso.

No nível estadual, o foco recaiu sobre a produção normativa e discursiva da Secretaria da Educação de São Paulo (SEDUC-SP). Foram analisados documentos como o Currículo Paulista, comunicados oficiais sobre o programa "Sala do Futuro" (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2023) e, crucialmente, as resoluções que operacionalizam concretamente o novo modelo de gestão educacional, com destaque para a Resolução SEDUC nº 32 de 2025, que regulamenta os registros no Diário de Classe Digital (SÃO PAULO, 2025). Esta

resolução revela-se particularmente significativa por materializar juridicamente a compulsoriedade das relações de dados na educação paulista.

A análise documental foi complementada e contrastada com dados quantitativos oriundos da pesquisa TIC Educação 2023, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CGI.BR, 2024). A utilização destes dados não teve fim descritivo, mas serviu como ferramenta analítica para evidenciar empiricamente a tese da cidadania digital subordinada, ao quantificar o contraste entre a sofisticação da infraestrutura de coleta e monitoramento de dados e a precariedade dos recursos tecnológicos efetivamente disponíveis para uso pedagógico nas escolas públicas.

O método de análise foi informado por uma revisão bibliográfica crítica que constitui simultaneamente o referencial teórico do trabalho e sua ferramenta interpretativa. As categorias analíticas fornecidas pelas teorias sobre capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2021), capitalismo de plataformas (SRNICEK, 2018), colonialismo de dados (COULDRY; MEJIAS, 2019) e sociedade em rede (CASTELLS, 1999, p. 422) permitiram interpretar a plataformização não como evento meramente técnico, mas como processo social, político e econômico complexo, inserido em dinâmicas mais amplas de transformação do capitalismo contemporâneo.

A articulação deste referencial teórico contemporâneo com a tradição consolidada da sociologia da educação (BOURDIEU, 1998; FERNANDES, 1954) e da teoria crítica (MILLS, 1975; ILYENKOV, 2007) forneceu o arcabouço conceitual necessário para analisar as tensões específicas entre a nova racionalidade gerencial algorítmica e os objetivos históricos da Sociologia enquanto disciplina escolar comprometida com o desenvolvimento do pensamento crítico e da imaginação sociológica.

REFERENCIAL TEÓRICO: A SOCIEDADE EM REDE E O NOVO EXTRATIVISMO DIGITAL

A compreensão sociológica da plataformização educacional demanda um arcabouço teórico capaz de iluminar as novas configurações de poder, os mecanismos emergentes de acumulação e as transformações nas relações socioespaciais características da contemporaneidade. Para tanto, este trabalho articula a teoria da sociedade em rede, desenvolvida por Manuel Castells, com as análises críticas mais recentes sobre o que aqui, em diálogo com Couldry, Mejias e Zuboff, denominamos o novo extrativismo digital.



A Morfologia Social das Redes e o Espaço de Fluxos

Manuel Castells (1999), em sua análise seminal sobre a era informacional, argumenta que as sociedades contemporâneas são definidas pela emergência das redes como forma predominante e mais eficiente de organização social. Para o autor, as redes transcendem sua dimensão meramente tecnológica, constituindo-se como a própria morfologia das sociedades informacionais. Como ele observa, "as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de rede modifica substancialmente a operação e os resultados nos processos de produção, experiência, poder, e cultura" (CASTELLS, 1999, p. 500).

Esta transformação morfológica implica uma reorganização fundamental das relações de poder, que se desloca progressivamente de lugares fixos e territorializados para o que Castells denomina espaço de fluxos. Este conceito refere-se à "organização material de práticas sociais [...] que funcionam através de fluxos", definidos como "seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de troca e interação entre posições fisicamente desarticuladas" (CASTELLS, 1999, p. 442). Neste novo paradigma espacial, o poder deriva fundamentalmente do controle sobre a arquitetura e a gestão dos fluxos informacionais que conectam e desconectam elementos da rede.

Uma premissa fundamental desta nova ordem é que aquilo que não pode ser traduzido na linguagem da rede, que permanece exterior aos seus fluxos informativos, simplesmente "não existe" para fins do sistema de poder. Esta lógica de inclusão/exclusão através da conectividade torna-se particularmente relevante quando aplicada ao contexto educacional, onde a plataformização opera precisamente através da imposição de uma conversão compulsória de todas as práticas pedagógicas em dados digitais processáveis.

Capitalismo de Vigilância e Expropriação da Experiência

É precisamente neste novo espaço reticular que uma forma inédita de acumulação capitalista encontra suas condições ideais de desenvolvimento. Zuboff (2021) conceptualiza esta nova lógica como capitalismo de vigilância, regime caracterizado pela transformação da experiência humana em matéria-prima para extração de dados comportamentais. Segundo a autora, este processo envolve a renderização sistemática da vida social, ou seja, sua tradução contínua em dados que geram um superávit comportamental, um excedente informacional que transcende as necessidades de melhoria dos serviços oferecidos.

Este superávit comportamental torna-se então o ativo central para a produção de "produtos de predição" destinados não apenas a monitorar, mas fundamentalmente a modificar comportamentos em larga escala (ZUBOFF, 2021, p. 23). No contexto educacional, isso se manifesta através da coleta sistemática de dados sobre desempenho, frequência, tempo



de permanência em plataformas, padrões de navegação e respostas a estímulos digitais, informações que alimentam algoritmos capazes de predizer e influenciar trajetórias educacionais futuras.

Colonialismo de Dados e Expropriação da Vida Social

Expandindo e radicalizando esta análise crítica, Couldry e Mejias (2019) propõem o conceito de colonialismo de dados, que situa os processos contemporâneos de dataficação dentro de uma perspectiva histórica mais ampla sobre as dinâmicas extrativistas do capitalismo. Para estes autores, vivenciamos uma nova fase de um processo colonial histórico, análogo ao colonialismo que se apropriou de territórios e recursos naturais, mas agora direcionado à colonização da própria vida humana.

Como eles argumentam:

² se o colonialismo histórico anexou territórios, seus recursos e os corpos que trabalhavam neles, a tomada de poder do colonialismo de dados é simultaneamente mais simples e mais profunda: a captura e o controle da própria vida humana através da apropriação dos dados que podem ser dela extraídos para fins de lucro" (COULDRY; MEJIAS, 2019, p. xi, tradução nossa).

Esta nova modalidade extrativista opera através da normalização de relações de dados compulsórias, que constituem a "forma social emergente através da qual o colonialismo de dados, como um processo extrativo, se estabiliza³" (COULDRY; MEJIAS, 2019, p. 27, tradução nossa).

No ambiente educacional, essas relações de dados materializam-se através da obrigatoriedade de uso de plataformas, do registro digital compulsório de atividades pedagógicas e da submissão a sistemas avaliativos algorítmicos. Uma vez impostas, essas relações minam progressivamente a autonomia humana, pois convertem a vida social em objeto de "monitoramento e vigilância contínuos⁴" (COULDRY; MEJIAS, 2019, p. xiii, tradução nossa), transformando professores e estudantes em fornecedores involuntários de matéria-prima para sistemas que não controlam.

Síntese Teórica: Da Modernização à Colonização

A articulação destes referenciais teóricos permite compreender a plataformização educacional como fenômeno que transcende largamente a retórica oficial da modernização

² No original: "If historical colonialism annexed territories, their resources, and the bodies that worked on them, data colonialism's power grab is both simpler and deeper: the capture and control of human life itself through appropriating the data that can be extracted from it for profit."

³ No original: "the emerging social form through which data colonialism as an extractive process gets stabilized".

⁴ No original: "continuous monitoring and surveillance".

tecnológica. Trata-se, fundamentalmente, de um projeto de reestruturação das relações sociais e espaciais da educação, mediado por uma lógica extrativista que se materializa no espaço de fluxos da sociedade em rede e tem como consequência direta a subordinação crescente da comunidade escolar a mecanismos de controle algorítmico.

Esta perspectiva teórica fornece as categorias analíticas necessárias para interpretar criticamente as políticas educacionais paulistas, revelando suas dimensões ocultas e identificando as contradições estruturais que as caracterizam.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A Arquitetura da Expropriação: O Espaço de Fluxos da SEDUC-SP

A política de plataformização implementada pela Secretaria da Educação de São Paulo configura-se como a construção deliberada de uma nova arquitetura de poder educacional, fundamentada na transição do que Castells (1999) teoriza como a passagem do espaço de lugares para o espaço de fluxos. O programa "Sala do Futuro", que integra em sua arquitetura tecnológica a "Prova Paulista" e o sistema de Diário de Classe Digital, não constitui meramente um conjunto de ferramentas de apoio pedagógico; representa a materialização de uma nova morfologia social para a educação paulista, caracterizada pela centralização do controle e pela desterritorialização dos processos decisórios.

A "Sala do Futuro" constitui a materialização mais evidente da transição para o espaço de fluxos na educação paulista. Ao centralizar em uma única plataforma o registro de frequência, a aplicação de avaliações digitais e o controle do acesso aos recursos tecnológicos, este programa opera como o principal dispositivo de captura e processamento de dados da comunidade escolar. Sua denominação como "futuro" da educação revela a dimensão ideológica do processo: naturaliza-se a premissa de que o futuro educacional é necessariamente digital, algorítmico e centralmente controlado, obscurecendo alternativas pedagógicas baseadas na autonomia e na apropriação crítica das tecnologias.

Nesta nova configuração, a gestão educacional, as diretrizes curriculares e os mecanismos avaliativos deslocam-se progressivamente do espaço físico e localmente situado das escolas e diretorias de ensino para um fluxo informacional centralizado que conecta diretamente o núcleo decisório da Secretaria a cada dispositivo utilizado por professores e estudantes em qualquer ponto do território paulista. Esta transformação espacial não é meramente técnica, mas implica uma reorganização fundamental das relações de poder no sistema educacional.

A função específica dos dispositivos digitais nesta arquitetura alinha-se perfeitamente com a lógica extrativista do colonialismo de dados (COULDRY; MEJIAS, 2019). Enquanto o discurso oficial, materializado no comunicado de lançamento do programa "Sala do Futuro", enfatiza objetivos aparentemente pedagógicos como "modernização" e capacidade de

"facilitar as intervenções pedagógicas" baseadas em dados sobre "frequência e performance" (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2023), a análise sociológica revela dinâmicas mais complexas e potencialmente problemáticas.

O que oficialmente se denomina "intervenção pedagógica" constitui, em grande medida, a operacionalização da coleta sistemática do que Zuboff (2021) conceptualiza como superávit comportamental. Cada registro de presença na sala do futuro, cada resposta de um estudante na Prova Paulista, cada clique em uma plataforma educacional é renderizado - ou seja, convertido em um dado que transcende sua função imediata de registro ou avaliação para alimentar um sistema mais amplo cujo objetivo central é o monitoramento, a comparação e, em última instância, a modulação de comportamentos em escala sistêmica.

A Prova Paulista exemplifica de forma paradigmática esta lógica. Sua aplicação digital bimestral, com resultados disponibilizados em 24 horas, funciona como o principal mecanismo de captura de dados sobre a atividade cognitiva dos estudantes, constituindo uma "sequência programável de interação" (CASTELLS, 1999) perfeitamente integrada ao espaço de fluxos da SEDUC-SP. Mais do que avaliar aprendizagem, a Prova Paulista opera como dispositivo de mapeamento comportamental em tempo real, gerando informações que alimentam algoritmos de predição e modulação educacional.

O discurso da "modernização" atua, neste contexto, como ideologia da dataficação, naturalizando a premissa de que todos os aspectos da vida escolar devem ser traduzidos em dados para que se tornem "úteis para o capital" (COULDRY; MEJIAS, 2019, p. 16, tradução nossa) ou, em sua versão estatal, para a gestão sistêmica eficiente. A complexidade inerente ao ato pedagógico, a dimensão subjetiva da aprendizagem e a autonomia docente, elementos tradicionalmente reconhecidos como centrais ao processo educativo, são progressivamente reconfigurados como "obstáculos" à extração eficiente de dados, devendo ser superados através da padronização e da compulsão ao registro digital.

A institucionalização de relações de dados compulsórias constitui o mecanismo central através do qual este processo se efetiva. A Resolução SEDUC nº 32, de 2025, ao tornar obrigatório o registro diário de conteúdos e frequência exclusivamente através da plataforma digital, materializa juridicamente a máxima da sociedade em rede identificada por Castells: aquilo que "não está na rede, não existe" para o sistema (SÃO PAULO, 2025). A prática pedagógica encontra-se, assim, formalmente subsumida à lógica extrativa, transformando o professor em alimentador compulsório de dados e o estudante em fonte sistemática de matéria-prima informacional.

Cidadania Digital Subordinada: Infraestrutura da Desigualdade

É neste contexto de expropriação sistemática que emerge aquilo que conceptualizamos como cidadania digital subordinada, fenômeno que se manifesta através da contradição estrutural entre a sofisticação da infraestrutura de coleta de dados e a precariedade deliberada dos recursos tecnológicos disponibilizados para apropriação pedagógica crítica.

Os dados da pesquisa TIC Educação 2023 revelam um cenário paradoxal: enquanto a SEDUC-SP desenvolve sistemas cada vez mais sofisticados de monitoramento e controle, as escolas públicas permanecem caracterizadas por conectividade precária, equipamentos insuficientes e limitações severas no acesso discente às tecnologias (CGI.BR, 2024).

Esta assimetria não representa uma contradição ou falha do sistema, mas constitui sua própria condição estrutural de funcionamento. Para a lógica do colonialismo de dados, não é necessário nem desejável equipar a "colônia" educacional com tecnologia de ponta que promova autonomia digital; é suficiente a infraestrutura mínima que garanta o escoamento eficiente dos dados da comunidade escolar para os servidores centrais da "metrópole" administrativa.

A conectividade precária nas escolas garante o fluxo ascendente dos dados estudantis para os sistemas de gestão da Secretaria, ao mesmo tempo em que impede sistematicamente que estudantes e professores se constituam como cidadãos digitais autônomos, capazes de utilizar as tecnologias para criação, pesquisa independente, produção colaborativa de conhecimento e desenvolvimento de literacia digital crítica, conforme preconizado por Preto (2017).

Esta configuração assimétrica perpetua e aprofunda desigualdades educacionais preexistentes, criando uma nova modalidade de exclusão que Bourdieu (1998) analisaria como reprodução das hierarquias de capital cultural através de mecanismos tecnológicos. Estudantes provenientes de famílias com maior capital econômico e cultural compensam parcialmente as limitações da infraestrutura escolar através de recursos domésticos, enquanto aqueles em situação de vulnerabilidade social ficam duplamente penalizados: pela precariedade da escola pública e pela impossibilidade de acesso doméstico a tecnologias de qualidade.

O "Incômodo" da Sociologia em um Currículo de Expropriação

A racionalidade extrativista e os mecanismos de controle algorítmico, elementos centrais do colonialismo de dados aplicado à educação, estabelecem uma tensão estrutural com o projeto pedagógico historicamente associado à Sociologia escolar. Esta tensão não é acidental, mas deriva da incompatibilidade fundamental entre a lógica da predição e modulação comportamental e os objetivos críticos da disciplina.

Como adverte o filósofo Ilyenkov (2007, p. 12), a educação autêntica não pode limitar-se à "memorização formal do conhecimento", pois esta abordagem "paralisa o cérebro e o intelecto". Para Ilyenkov, o pensamento genuíno emerge precisamente do enfrentamento produtivo de contradições, cabendo à escola desenvolver a capacidade de "formular rigorosamente uma 'contradição' e então encontrar a sua verdadeira resolução por meio do exame concreto da coisa, da realidade" (ILYENKOV, 2007, p. 21).

O currículo de vigilância materializado em dispositivos como a "Prova Paulista" opera em direção diametralmente oposta a esta premissa educacional. Ao privilegiar exclusivamente métricas padronizadas, respostas de múltipla escolha e indicadores quantitativos de

desempenho, este modelo inibe sistematicamente o desenvolvimento do pensamento dialético e da capacidade de problematização crítica da realidade social.

Esta dinâmica revela-se particularmente prejudicial para o desenvolvimento daquilo que Mills (1975, p. 11) denominou imaginação sociológica, conceituada como a qualidade mental que permite "compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima" e estabelecer conexões produtivas entre "perturbações pessoais" e "questões públicas". As plataformas educacionais, ao contrário, individualizam sistematicamente a experiência escolar, tratando o sucesso ou fracasso como dados isolados e obscurecendo as estruturas sociais que condicionam os resultados educacionais.

Este processo produz o que Mills (1975, p. 11) identificou como "consciência falsa das posições sociais", fenômeno que constitui o exato oposto do que a Sociologia busca desenvolver através de suas práticas pedagógicas. Enquanto a disciplina historicamente compromete-se com a desnaturalização das relações sociais e o desenvolvimento da capacidade crítica de análise da realidade, o currículo algorítmico promove a naturalização das desigualdades através de sua tradução em indicadores aparentemente neutros.

Neste contexto, o progressivo enfraquecimento da Sociologia no arranjo curricular paulista transcende a disputa corporativa por carga horária, constituindo-se como consequência lógica do novo modelo de governança educacional. A disciplina, como documenta historicamente Mendonça (2017, p. 61), sempre provocou um "incômodo [...] que a fez ser alvo permanente na reforma educacional", precisamente devido a seu potencial crítico e desnaturalizador das relações sociais estabelecidas.

Este "incômodo" torna-se estruturalmente intolerável para um sistema que, operando segundo a lógica do colonialismo de dados, demanda conformidade e previsibilidade comportamental para otimizar seus processos extrativos. A Sociologia bem ensinada, como exemplifica a experiência pedagógica relatada por Totti (2022), capacita o estudante a perceber que "tudo o que achamos natural, na verdade, nos é imposto", promovendo o desenvolvimento de uma posição crítica autônoma que constitui a antítese da racionalidade tecnicista e instrumental.

A resistência da Sociologia à lógica da platformização não deriva apenas de suas características epistemológicas, mas fundamentalmente de sua vocação pedagógica para a formação de sujeitos críticos, capazes de questionar as estruturas de poder e de imaginar alternativas às configurações sociais dominantes. Esta vocação colide frontalmente com os objetivos sistêmicos de um modelo educacional orientado pela predição, controle e modulação de comportamentos.

A Redução Sistemática: Evidências Normativas da Marginalização

A Resolução SEDUC nº 85, de 19 de novembro de 2020, materializa juridicamente o processo de marginalização curricular da Sociologia no arranjo educacional paulista. Esta resolução estabelece diretrizes organizacionais que resultam na redução significativa da

presença da disciplina na matriz curricular, configurando uma transformação que transcende ajustes técnicos ou pedagógicos.

Esta redução normativa não constitui decisão meramente técnica ou pedagógica, mas expressa a incompatibilidade estrutural entre a racionalidade crítica da disciplina e os objetivos sistêmicos do modelo de plataformização. A diminuição da carga horária e o enfraquecimento do status curricular da Sociologia servem funcionalmente aos propósitos do colonialismo de dados educacional, eliminando progressivamente os espaços institucionais dedicados ao desenvolvimento do pensamento crítico e da problematização das relações sociais.

O processo de marginalização da Sociologia articula-se diretamente com as transformações curriculares impostas pela BNCC e pela Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que privilegiam competências instrumentais e habilidades mensuráveis em detrimento do conhecimento crítico e reflexivo. Esta reconfiguração curricular cria as condições normativas para que disciplinas como a Sociologia sejam sistematicamente desvalorizadas, uma vez que seus objetivos formativos resistem à tradução em métricas padronizadas e indicadores de performance.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho demonstra que a plataformização da educação pública no estado de São Paulo, longe de constituir um projeto neutro de modernização pedagógica, representa a implementação pioneira de uma nova ordem socioespacial fundamentada no que, em diálogo crítico com Couldry e Mejias (2019), denominamos colonialismo de dados aplicado ao contexto educacional.

Os dispositivos tecnológicos como a "Sala do Futuro" e a "Prova Paulista" não funcionam meramente como ferramentas de apoio ao processo educativo, mas constituem as infraestruturas materiais através das quais se efetiva a expropriação sistemática da vida escolar, convertida em matéria-prima informacional para fins de controle e governança algorítmica. Esta transformação implica uma reorganização fundamental das relações de poder na educação, caracterizada pela migração do controle do espaço de lugares (escolas, salas de aula, comunidades locais) para o espaço de fluxos (redes centralizadas, algoritmos, big data educacional).

O poder na educação paulista está se deslocando progressivamente para aquilo que Castells (1999) teoriza como espaço de fluxos, um espaço desterritorializado e controlado centralmente através da capacidade de conectar e desconectar elementos da rede educacional. A lógica operacional deste novo espaço fundamenta-se na imposição de relações de dados compulsórias que transformam toda a comunidade escolar em fornecedora involuntária de matéria-prima informacional, processo que se materializa juridicamente através de normativas como a Resolução SEDUC nº 32/2025.

Paralelamente, a consolidação do que conceptualizamos como cidadania digital subordinada revela-se como estratégia funcional para a manutenção deste sistema extrativista.

A deliberada precariedade da infraestrutura tecnológica disponibilizada para uso pedagógico crítico, contrastada com a sofisticação dos sistemas de coleta e processamento de dados, não constitui contradição ou falha do modelo, mas sua própria condição estrutural de funcionamento. Esta assimetria garante simultaneamente o escoamento eficiente dos dados para os centros de processamento e a manutenção da dependência tecnológica das comunidades escolares.

A Sociologia escolar emerge, neste contexto, como disciplina estruturalmente incompatível com a racionalidade algorítmica e extrativista que fundamenta a plataformização. Seu compromisso histórico com o desenvolvimento da imaginação sociológica, da consciência crítica e da capacidade de desnaturalização das relações sociais colide frontalmente com os objetivos sistêmicos de predição, controle e modulação comportamental. O progressivo enfraquecimento normativo da disciplina, materializado através da redução de carga horária e da marginalização curricular, não representa disputa corporativa, mas constitui consequência lógica da nova governança educacional.

Diante deste cenário, identifica-se um duplo movimento de resistência necessário. Em primeiro lugar, urge desenvolver estratégias de resistência pedagógica que permitam a apropriação crítica das tecnologias digitais pelos sujeitos educacionais, superando a lógica da cidadania digital subordinada através da construção de práticas que Pretto (2017) denomina inclusão digital crítica e emancipatória. Em segundo lugar, torna-se fundamental a reinvenção dos métodos e objetivos da Sociologia escolar, de modo a capacitar estudantes e professores para a compreensão sociológica dos processos de dataficação e colonialismo digital que atravessam suas experiências cotidianas.

A Sociologia escolar, precisamente devido a sua vocação crítica e desnaturalizadora, constitui-se como campo privilegiado para a problematização das novas formas de dominação e controle social mediadas pelas tecnologias digitais. Mais do que resistir passivamente à plataformização, a disciplina pode e deve transformar estes próprios processos em objeto de análise sociológica, promovendo o desenvolvimento de uma literacia crítica que capacite os estudantes a compreender as dinâmicas de poder, as relações de produção e as estruturas de desigualdade que se materializam através das redes digitais.

Esta perspectiva implica repensar o ensino de Sociologia não apenas como transmissão de conteúdos clássicos da disciplina, mas como formação de uma consciência sociológica capaz de desvelar as contradições e tensões da sociedade informacional. Conceitos como alienação, reificação, reprodução social e dominação simbólica ganham nova relevância quando aplicados à análise dos processos de dataficação e vigilância algorítmica que caracterizam o capitalismo de plataformas.

A resistência à plataformização da educação não pode, contudo, assumir caráter meramente defensivo ou nostálgico. Trata-se de construir alternativas concretas que articulem a apropriação crítica das tecnologias com a recuperação da autonomia pedagógica e a democratização efetiva do conhecimento. Isso demanda não apenas mudanças nas práticas docentes, mas fundamentalmente a construção de alianças políticas mais amplas que questionem os fundamentos da atual racionalidade educacional.

Neste sentido, a luta pela preservação e fortalecimento da Sociologia escolar articula-se com lutas mais amplas pela democratização da educação, pela justiça social e pela

construção de uma sociedade efetivamente democrática. A disciplina, ao formar sujeitos capazes de exercer a imaginação sociológica e de compreender criticamente as transformações sociais contemporâneas, contribui para a formação de cidadãos aptos a participar ativamente da vida pública e a questionar as estruturas de poder dominantes.

Por fim, este trabalho evidencia a necessidade urgente de aprofundar as pesquisas sobre os impactos da plataformização educacional, particularmente no que se refere às suas consequências para a formação crítica e para a reprodução das desigualdades sociais. A Sociologia da Educação tem um papel fundamental neste processo, fornecendo ferramentas teóricas e metodológicas para a compreensão crítica destes fenômenos e para a construção de alternativas pedagógicas emancipatórias.

A educação pública brasileira encontra-se em uma encruzilhada histórica. As escolhas feitas neste momento definirão se as tecnologias digitais servirão para democratizar o conhecimento e fortalecer a formação crítica, ou se consolidarão como instrumentos de controle e reprodução das desigualdades. A Sociologia escolar, com sua tradição crítica e seu compromisso com a transformação social, tem um papel central neste processo de disputa pelo futuro da educação pública no país.

REFERÊNCIAS

AMIEL, Tel et al. Os modos de adesão e a abrangência do capitalismo de vigilância na educação brasileira. **Perspectiva**, v. 39, n. 3, p. 1-22, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Diário Oficial da União, Brasília, 01 ago. 2024.

BRASIL. MEC. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Conhecimentos de Sociologia. p. 100-133, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **TIC Educação 2023: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras**. São Paulo: CGI.br, 2023.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises. **The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.

FERNANDES, Florestan. A sociologia no ensino secundário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 22, n. 55, p. 145-158, 1954.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Governo lança programa Sala do Futuro para modernizar a educação e reduzir a evasão escolar de SP**. Educação, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/governo-lanca-programa-sala-futuro-para-modernizar-educacao-e-reduzir-evasao-escolar-de-sp/>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

ILYENKOV, E.V. Nossas escolas devem ensinar a pensar. **Journal of Russian and East European Psychology**, v. 45, n. 4, p. 9-49, 2007.

MENDONÇA, S.G.L. A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 341-357, 2011.

MENDONÇA, S.G.L. Os processos de institucionalização da sociologia no ensino médio (1996-2016). In: SILVA, I.L.F.; GONÇALVES, D.N. **A sociologia na educação básica**. São Paulo: Annablume, 2017.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PRETTO, Nelson De Luca. **Educações, culturas e hackers: escritos e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo paulista: etapa ensino médio**. São Paulo: SEE, 2020.

SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO [SEDUC-SP]. **Resolução n. 85, de 19 de novembro de 2020**. Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: sedsee.blob.core.windows.net/ficha/Anexo/legislacaoRESOLUÇÃO SE 85-1911-2020 MATRIZ SEDUC - 2021.PDF. Acesso em: 30 abril 2025.

SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO [SEDUC-SP]. **Resolução n. 53, de 16 de novembro de 2023**. Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: sedsee.blob.core.windows.net/ficha/Anexo/legislacao23112023085815RESOLUÇÃO52SEGUNDA.pdf. Acesso em: 15 abril 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Resolução SEDUC nº 32, de 7 de fevereiro de 2025**. Regulamenta os registros do Diário de Classe no âmbito da Rede Estadual de Ensino e dá providências correlatas, 11 fev. 2025. Disponível em: <https://deguaratingueta.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-no-32-de-7-de-fevereiro-de-2025->

[regulamenta-os-registros-do-diario-de-classe-no-ambito-da-rede-estadual-de-ensino-e-da-providencias-correlatas/](#). Acesso em: 01 de maio de 2025.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

TOTTI, Marcelo Augusto. Técnicas de ensino e resistência cultural: contribuição às práticas do ensino de sociologia. **Acta Scientiarum. Education**, v. 44, 2022.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.